resolver um problema criando outro

Custódio Pais Dias, Diretor

A vida energeticamente insustentável que as sociedades mais desenvolvidas do nosso planeta têm acaba por gerar vários problemas, sendo o mais grave o do aquecimento global do planeta, muito por causa da emissão de gases com efeito de estufa.

Dado que o nosso padrão de desenvolvimento assenta na mobilidade total, de pessoas, matérias e equipamentos, a mobilidade elétrica é agora apontada como sendo algo premente para impedir o aquecimento exagerado do clima na Terra. Contudo, como já tenho referido em edições anteriores, o armazenamento de grandes quantidades de energia elétrica é muito difícil, mais ainda se se pretender que o equipamento armazenador da energia seja facilmente transportável. As baterias elétricas, que anteriormente assumiam um papel complementar no funcionamento dos veículos, assumem, agora, um papel fundamental e são a base de todo o seu funcionamento. Será fácil prever que, dado o enorme número de veículos ligeiros em circulação, a quantidade de baterias em utilização será avassaladora. Adicionando a estas baterias, todas as outras que já equipam os equipamentos eletrónicos, e não só, que utilizamos no nosso dia a dia, rapidamente chegamos a um número astronómico de baterias em fim de vida, que teremos como resíduo dentro de poucos anos.

Estamos, assim, a tentar resolver o problema da emissão de gases com efeito de estufa, criando outro problema, que é a gestão das baterias em fim de vida. Consciente desta situação, a União Europeia tenta antecipar-se e criar regras para tentar minimizar, o mais possível, este problema que surgirá dentro de poucos anos. Por isso, o Parlamento Europeu e a Comissão da União Europeia (UE) decidiram legislar antecipadamente sobre este tema. Com o objetivo de agilizar a sua aplicação, desta vez, a opção foi a criação de um regulamento específico, que após a sua aprovação entrou de imediato em vigor em todo o espaço da UE, ao contrário das habituais Diretivas Europeias, que necessitam de ser transpostas para a legislação de cada um dos países e ser aprovadas localmente, processo este que poderá demorar muitos anos até à sua entrada em vigor.

Desta forma, nos finais de junho de 2023 foi publicado o "*Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo às baterias e respetivos resíduos*", que altera a Diretiva 2008/98/CE e o Regulamento (UE) 2019/1020 e revoga a Diretiva 2006/66/CE. Neste documento, extenso e complexo, é de salientar o seu Capítulo II, denominado de "*Requisitos de sustentabilidade e de segurança*", composto por sete artigos (do 6.º ao 12.º), em que prevalece o princípio da utilização circular das baterias, ou seja, no fim de vida destas, os resíduos resultantes terão, tendencialmente, de ser maioritariamente reciclados, numa percentagem que aumenta ao longo do tempo da vigência deste regulamento, além de que terá de haver uma progressiva normalização nas tecnologias de produção de baterias, de forma a que os resíduos de umas possam ser utilizados na produção de outras e vice-versa. Com isto, diremos: do mal o menos. No entanto, sem querer ser o profeta da desgraça, outro problema provavelmente surgirá. Trata-se do impacto económico que os custos da reciclagem terão no preço das baterias. Alguém terá de os pagar e, habitualmente, o esforço financeiro recai sobre o utilizador final. O preço das baterias faz com que o automóvel elétrico seja mais caro do que um similar equipado com motor de explosão, embora seja tecnologicamente mais simples. Temos assistido a uma diminuição do preço das baterias, resultando na correspondente diminuição do preço dos automóveis. Vamos ver se os custos da reciclagem das baterias não invertem esta tendência.

Chegados ao fim de mais um ano civil, cumpre-me o dever de, em meu nome e no de todos os que trabalham na revista, desejar um Feliz Ano de 2024 a todos (pessoas, entidades e empresas) que de alguma forma colaboram com a "o electricista", possibilitando a continuidade deste projeto. Um grande bem-haja para todos e que este ano lhes traga saúde, alegria e prosperidade.

"Dado que o nosso padrão de desenvolvimento assenta na mobilidade total, de pessoas, matérias e equipamentos, a mobilidade elétrica é agora apontada como sendo algo premente para impedir o aquecimento exagerado do clima na Terra.